

PROCESSO	- A.I. Nº 232943.0048-03/1
RECORRENTE	- CARLOS JOSÉ NUNES MOURA
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 3ª JJF nº 0411-03/03
ORIGEM	- IFMT-DAT/SUL
INTERNET	- 07.01.04

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0186-12/03

EMENTA: ICMS. LIVROS FISCAIS. EXTRAVIO DO LIVRO DE MOVIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (LMC). É legal a penalidade aplicada pelo extravio de livro exigido na legislação fiscal. O contribuinte descumpriu inúmeras obrigações acessórias previstas na lei, entre elas, a falta de comunicação ao fisco do extravio do livro e a não reconstituição da escrita fiscal. Infração subsistente. Acertada a Decisão da Junta de Julgamento Fiscal. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário da Decisão da 3ª Junta de Julgamento Fiscal que houvera julgado Procedente o Auto de Infração referenciado, exigindo pagamento de multa no valor de R\$920,00, em razão de extravio de livros fiscais – LMC – Livro de Movimentação de Combustível.

O Julgador de primeira instância entendeu que não procedia a alegação do autuado quanto à não obrigatoriedade do referido livro e de mantê-lo em boa guarda, e não o fazendo, sujeita-se à penalidade prevista no art. 42, XIV, da Lei nº 7.014/96.

O recorrente interpôs Recurso Voluntário, reiterando que o livro LMC não foi apresentado ao Fisco por motivo de força maior, por ter sido furtado conforme Certidão emitida pela Delegacia de Polícia, não sendo assim justa a penalização que lhe foi imposta.

Pede que o Auto de Infração seja julgado Improcedente.

A Procuradoria Fiscal verificou que o recorrente repete as mesmas argumentações da sua defesa, e que foram devidamente enfrentadas pelo órgão julgador de primeira instância.

Ressalta, porém, que só vislumbra a aplicação da penalidade prevista no art. 42, XIV, da Lei 7.014/96, por ter constatado que o contribuinte negligenciou com a guarda do LMC, na medida que o deixou dentro de um veículo aberto.

Assim, o seu Parecer foi pelo **NÃO PROVIMENTO** do Recurso Voluntário apresentado.

VOTO

Comungo com o entendimento externado pela Douta Procuradora, pois verifico que no caso em análise está explícito que o contribuinte incorreu em negligência com a guarda do livro fiscal que, por isso, teria sido extraviado.

Há a obrigatoriedade do livro fiscal de registro de movimentação de combustíveis e o contribuinte deve mantê-lo em boa guarda. Portanto, entendo que a aplicação da multa mantida pela Decisão recorrida não cabe revisão.

Pelo exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232943.0048/03-1**, lavrado contra **CARLOS JOSÉ NUNES MOURA**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$920,00**, prevista no art. 42, XIV, da Lei nº 7.014/96, redação dada pela Lei nº 8.534/02.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de Dezembro de 2003.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BARROS RODEIRO - RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ – REPR. DA PGE/PROFIS